Jornal do Judiciário

FENAJUFE · SINTRAJUD nossa luta faz acontecer

Quarta-feira, 08 de julho de 2009 - Número 351 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Propostas dos DGs e comissão não atendem reivindicação dos servidores

Sintrajud defende o Plano de Carreira aprovado na XV Plenária da Fenajufe, realizada em junho



Valcir Araujo/Fenajufe

Reunião ampliada da Fenajufe sobre Carreira, no final de 2008, apontou as propostas para o Plano

Na última segunda-feira, 29/06, os servidores do Judiciário foram surpreendidos com a informação de que a Comissão Interdisciplinar (composta por representantes dos conselhos de justiça, tribunais superiores e Fenajufe) estava discutindo duas propostas sobre Plano de Carreira que nem de longe atendem as reivindicações históricas dos trabalhadores.

A primeira proposta, apresentada pelos diretores-gerais dos tribunais, cria uma gratificação por desempenho e extingue a GAE e a GAS. A segunda foi elaborada a partir de um consenso entre a comissão interdisciplinar, que não teria concordado com a proposta dos DGs. Essa proposta alternativa teve o apoio dos dois representantes dos servidores Roberto Policarpo (Sindjus-DF) e Ramiro Lopez (Fenajufe).

Entretanto, nenhuma das duas propostas representa o que foi discutido e aprovado pelos servidores. Ambas privilegiam o aumento de gratificações em detrimento dos salários. "Gratificação não é salário. Defendemos um plano de Carreira que contemple todos os segmentos do Judiciário e garanta aumento no salário base dos servidores. Nós sabemos que esses 'penduricalhos' não são garantia de nada e podem ser retirados a qualquer momento. Nós temos exemplos disso em outras categorias do funcionalismo e não podemos correr esse risco", disse a diretora do Sintrajud, Ana Luiza Figueiredo.

"Não podemos ficar esperando. O que está acontecendo em Brasília é muito grave e nós temos que nos reunir o mais rápido possível para ampliar a mobilização e resgatar o Plano de Carreira aprovado pelos servidores, pois essas propostas que estão sendo discutidas são um retrocesso na nossa luta por um Plano de Carreira digno e que represente os anseios dos trabalhadores", ressaltou o diretor do Sintrajud e membro do GT de Carreira do Sintrajud, Démerson Dias.

A íntegra das propostas dos servidores sobre plano de carreira, dos DGs e comissão está em www.sintrajud.org.br

Proposta dos diretores-gerais:

- A remuneração dos servidores é composta pelo Vencimento Básico do cargo, pela GAJ (Gratificação de Atividade Judiciária) e pela Gratificação de Desempenho, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei;
- A GAJ será calculada mediante aplicação do percentual de 85% sobre o maior vencimento básico do respectivo cargo;
- É devida a Gratificação de Desempenho mediante a aplicação de até 85% sobre o vencimento básico do servidor, de acordo com o implemento de metas institucionais, na forma prevista em regulamento;
- Enquanto não regulamentado, a GD corresponderá a 50%;
- Fica criado o Conselho Consultivo da Carreira Judiciária, ao qual compete realizar estudos, discutir e propor diretrizes relacionadas ao aperfeiçoamento da Carreira;
- O Conselho Consultivo será composto por representantes do STF, do CNJ, dos tribunais superiores, do CJF, do CSJT, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e das entidades sindicais, sendo um membro titular e um suplente, servidores efetivos de carreira, para compor o Conselho.

Proposta da Comissão Interdisciplinar:

- A remuneração dos servidores seria composta pelo vencimento básico do cargo, pela GAJ (Gratificação de Atividade Judiciária) e pela Gratificação de Representação, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei;
- A GAJ será calculada mediante aplicação do percentual de 110% sobre o maior vencimento básico do respectivo cargo;
- Ao servidor integrante da Carreira e ao cedido ao Poder Judiciário, investido em cargo de Comissão, é facultado optar pela remuneração de seu cargo efetivo ou emprego permanente, acrescida de 55%
- É devida a GR (Gratificação de Representação) mediante aplicação do percentual de 35% sobre o vencimento básico do servidor;
- A GR não é devida aos servidores para cargo em comissão ao designado para função comissionada ou os que recebem a GAE e GAS;
- Fica criado o Conselho Consultivo da Carreira Judiciária, ao qual compete realizar estudos, discutir e propor diretrizes relacionadas ao aperfeiçoamento da Carreira;
- O Conselho Consultivo será composto por representantes do STF, do CNJ, dos tribunais superiores, do CJF, do CSJT, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e das entidades sindicais, indicará um membro titular e um suplente, servidores efetivos de carreira, para compor o Conselho.
- As remunerações dos servidores públicos integrantes da Carreira Judiciária serão reajustadas em 15%.

Manifestação no TRF nesta quarta, dia 8, às 13h

Vamos à luta!

- Por um Plano de Carreira, Cargos e Salários
- Por melhores condições no galpão do TRF/JF na PW
- Pela Central de Mandados no Fórum Criminal
- Pela jornada de 6 horas, sem redução de salários

Opinião do Sintrajud

Abaixo o golpe em Honduras

No último dia 28, o exército de Honduras tomou o poder a força naquele país. Além disso sequestrou e expulsou o presidente Manuel Zelaya iniciando uma guerra que já culminou com dois mortos, dezenas de feridos e muitas prisões arbitrárias. Os protestos nas ruas são duramente reprimidos pela polícia. No último domingo, 05, o presidente Zelaya, que se encontra exilado na Costa Rica, foi impedido de voltar ao país.

Por trás destes episódios, há uma longa história que envolve uma das instituições mais nefastas ao exercício da democracia na América-Latina, a School of the Americas, "Escola das Américas".

A criação da Escola das Américas ocorreu após a revolução cubana e a crise dos mísseis nucleares. Na época, o presidente John Kennedy decidiu que a escola serviria para proteger os interesses dos Estados Unidos na América Latina. Desde então, a escola se dedicou à formação de militares dos países latino-americanos e na produção de ditaduras militares. Mas a especialidade era a instrução a militares latino-americanos em técnicas de tortura e atividades que violam os direitos humanos

Em 1997, foi apresentado no Congresso dos EUA um manual de tortura utilizado pela Escola. Também é conhecida a colaboração da SOA na chamada operação condor, articulação sul-americana dos grupos de repressão das ditaduras do Chile, Uruguai, Argentina e Brasil nos anos 1970. Na Colômbia estima-se que existem mais de 10 mil soldados treinados na escola. O país é o principal cliente da SOA.

Atualmente existe no Congresso dos Estados Unidos um projeto que procura fechar a Escola das Américas.

O Sintrajud condena o golpe de estado em Honduras, que recorda o longo período de ditaduras a que nosso país foi submetido. Somos solidários à luta do povo hondurenho e exigimos a volta do presidente Zelaya, além da prisão e o confisco dos bens dos golpistas.

Esse golpe deve ser derrotado. O governo Lula tem que romper relações comerciais e diplomáticas com Honduras, enquanto não se garanta o retorno do presidente Manuel Zelaya ao poder.

O GOVERNO LULA TEM QUE ROMPER RELAÇÕES COMERCIAIS E DIPLOMÁTICAS COM HONDURAS

Apoiamos todas as ações para resistir e derrotar nas ruas o golpe de estado em seu país. Exigimos o fim da repressão e a garantia de liberdades democráticas e do direito de manifestação.

Pela autodeterminação dos povos de todos os países.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto da entidade faz saber que realizará **Assembléia Geral Extraordinária, dia 18 de julho de 2009 (sábado), às 17h, em primeira convocação. Local: No auditório do Sintrajud (R. Antonio de Godoy, 88, 15ª andar – Centro/SP).**

PAUTA:
1. Campanha Salarial 2009;
- **Plano de Carreira;**
- **Jornada de 6h sem redução de direitos e salários;**
- **Data Base;**

2. ORGANIZAÇÃO DO DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO (14/08/09);
3. ELEIÇÃO DOS DELEGADOS À REUNIÃO AMPLIADA DA FENAJUFE, EM BRASÍLIA;
4. Outros Assuntos.

São Paulo, 07 de julho de 2009.

Démerson Dias
Coordenador Geral

Ana Luiza de Figueiredo Gomes
Coordenadora Executiva

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 25ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade *(conforme parágrafo 1º do artigo 25)*, faz saber que fará realizar a **25ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD**, no dia 18 de julho do ano corrente, das 10h às 17h, em primeira convocação – no auditório sindicato – Rua Antônio de Godoy nº 88 – 15ª andar.

PAUTA:
1. Análise de conjuntura nacional e internacional;
2. Campanha:
2.1 - Plano de Carreira.
2.2 – Jornada de 6h sem redução de direitos e salários.
2.3 – Dia 14/08/2009 indicativo de paralisação nacional pelo Plano de Carreira.
3. Eleição da Nova Diretoria de Base.
4 E outros assuntos de interesse da categoria.

A 25ª Reunião do Conselho de Base será aberta para todos os associados, com direito a voz, competindo apenas a Diretoria Executiva, Direção de Base e Representantes dos Aposentados, o direito a voz e voto.

Para que o evento do sindicato ocorra com empenho e organização, pedimos aos interessados a confirmação de presença até o dia 16 de julho de 2009 (quinta-feira) na Secretaria, no telefone: (11) 3222-5833 ramais: 222 ou 224 e/ou por e-mail: secpolitica@sintrajud.org.br, para viabilizarmos o transporte e hospedagem.

São Paulo, 07 de julho de 2009

Démerson Dias
Coordenador Geral

Ana Luiza de F. Gomes
Coordenadora Executiva

Idéias

Salvar bancos: US$ 18 Tri em um ano. Acabar com a fome: US$ 2 Tri em 49 anos

Washington Lima*

Segundo a ONU, nos últimos 49 anos os países pobres receberam US$ 2 trilhões para acabar com a fome.

A previsão é de que, com a crise, em 2009, aumentem de 915 milhões para 1,02 bilhão as pessoas que passam fome no mundo.

Enquanto isso, os bancos receberam US$ 18 trilhões, em apenas um ano. Somente 1% do que foi dado pelos governos para salvá-los seriam suficientes para acabar com a fome no mundo.

Além disso, na última reunião do G20 foram garantidos mais de US$ 5 trilhões, até 2010 para os banqueiros.

O encontro que, além de bancar pelos cofres públicos dos países os prejuízos que os especuladores tiveram, reanimou o "cadáver" do FMI – Fundo Monetário Internacional, que administrará esses recursos.

O FMI é um dos principais responsáveis pela crise atual com a suas políticas privatizantes, desregulamentadoras e de pagamento da dívida.

Como as medidas tomadas até agora são apenas para cobrir o rombo dos bancos, o PIB americano caiu impressionantes 5,5% no primeiro trimestre de 2009, depois de ter despencado 6,3% no último trimestre de 2008.

No Brasil, Lula concedeu mais R$ 300 bilhões entre isenções fiscais às grandes indústrias, empréstimos a bancos, "incentivos" aos grandes empresários, além de ter recentemente emprestado US$ 10 bilhões ao FMI. E, eles, mesmo assim, continuam demitindo os trabalhadores!

Ao mesmo tempo cortou R$ 25,4 bilhões do orçamento, tirando recursos de áreas essenciais como saúde e educação.

O resultado dessa política é que, segundo o IBGE, a renda dos trabalhadores continua caindo, o desemprego em alta aflige milhões de brasileiros, e a inadimplência cresce, por exemplo, os atrasos superiores a 90 dias dobraram em apenas três meses.

Hoje, os empréstimos representam 43% do PIB – 1,259 trilhão podendo chegar a 45%.

Não foram esses mesmos elementos que levaram a eclosão da crise em setembro passado?

Ao invés de dar dinheiro a bancos e empresários, emprestar ao FMI, não seria o caso, do governo tomar uma medida para garantir a não demissão dos trabalhadores? Ou alocar mais recursos para a reforma agrária, gerando renda e emprego no campo? Ou, investir nos serviços públicos de saúde e educação?

*Washington Lima é coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud

Oficiais

Oficiais reivindicam central de mandados no Fórum Criminal

Em assembléia, foi aprovado calendário de mobilização que terá abaixo-assinado, reuniões, atos e eleição de comissão

A criação de uma central de mandados para o Fórum Criminal foi o principal assunto debatido na reunião que ocorreu na quarta-feira, dia 1º, na sala dos oficiais do Fórum. Os oficiais reivindicam a implantação da central, pois, segundo eles, o trabalho seria racionalizado.

Os cerca de 50 oficiais do Fórum Criminal estão lotados nas varas. Essa divisão faz com que todos os oficiais percorram toda a cidade indiscriminadamente para cumprir as diligências. "Isso é irracional, principalmente com o trânsito caótico da cidade. Chegamos a encontrar oficiais nas mesmas regiões", comentou um oficial. Eles afirmaram estar sobrecarregados e acreditam que só com uma central poderão melhorar a situação, que consideram "crítica".

Na reunião, eles decidiram iniciar uma mobilização ampla para exigir a implantação da central e contam com o apoio de todos os oficiais e servidores. A Central Única de Mandados, criada recentemente, inclui apenas os fóruns Cível, Previdenciário e das Execuções Fiscais, deixando de fora o Criminal e JEF. "Quando queremos algo temos que nos mobilizar e estarmos unidos. O problema hoje é no Criminal, mas amanhã pode ser em outro local", disse Erlon Sampaio, diretor do Sintrajud e da vice-presidente da Assojaf.

Para Erlon, a situação no Fórum Criminal é inaceitável e está na contramão em relação aos demais fóruns federais do País. "São Paulo é a única cidade da Seção judiciária que ainda não implantou a CM num Fórum de grande porte. Aliás, em flagrante desrespeito à determinação do Provimento Goge 64/2005, que vem sendo simplesmente ignorada por juízes e até mesmo pelo Conselho da Justiça Federal da 3ª Região", disse.

Na reunião ainda foram abordados outros assuntos, como o II Congresso Nacional dos Ojafs que será realizado em setembro, em João Pessoa, e o Plano de Carreira dos servidores do Judiciário federal.


Jesus Carlos

Oficiais de justiça votam plano de mobilização

Veja abaixo as ações aprovadas na reunião:

- Será feito um abaixo-assinado exigindo a implantação da central.
- O Sindicato fará um levantamento dos casos de doenças relacionadas ao trabalho entre os oficiais do Fórum Criminal, bem como do número de licenças;
- Uma nova reunião será realizada na terça-feira, dia 14/7, às 15, no Fórum Criminal.
- Na reunião será eleita uma comissão, com representantes do Sindicato e Assojaf, além de oficiais que não fazem parte da direção das entidades;
- Serão entregues requerimentos às autoridades com a reivindicação: presidência do Tribunal, corregedor e coordenador do Fórum;
- A reivindicação pela Central de Mandados no Fórum Criminal fará parte do próximo ato/assembléia que vai ocorrer em frente ao TRF, dia 08/07, cujo eixo central será o Plano de Carreira. Na ocasião também serão cobradas melhores condições de trabalho no galpão Presidente Wilson do TRF/JF.

Econômico

Servidores do TRF/JF receberão parte dos juros dos 11,98%

Em julho os servidores do TRF e JF vão receber valores referentes aos juros dos 11,98%, segundo informações do CJF obtidas pelo diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquíades, o Melqui. De acordo com o CJF, a previsão é que os valores sejam semelhantes aos pagos no final de 2008.

"Com o remanejamento de uma verba para o pagamento, houve a preocupação de que somente os juízes recebessem", diz Melqui.

Estudo do Departamento Econômico do Sintrajud, realizado em junho, mostrou um alto saldo disponível na JF (nacionalmente), sendo possível pagar R$ 9 mil por servidor, aproximadamente.

Melqui alerta que a pressão nos tribunais superiores deve continuar até que a Administração quite todos os passivos com os servidores.

Desde 1994, o Sintrajud e federação cobram o pagamento. "Estamos constantemente nos tribunais cobrando, vale lembrar a importância da mobilização de todos para recebermos o que é nosso", diz.

Projeção de gastos na Justiça Federal revela saldo expressivo

O Departamento Econômico do Sintrajud estimou os gastos da Justiça Federal com o pagamento de Servidores ativos, inativos e pensionistas em 2009, prevendo saldo para os passivos.

No caso dos ativos, o estudo partiu da média mensal de despesas com pessoal - R$ 282,1 milhões - e projetou esse valor para o ano (acrescidos o 13º e 1/3 das férias). São previstos gastos de R$ 3,768 bilhões, já acrescidas as demais despesas desse Projeto Atividade.

Como o orçamento total autorizado para 2009 é de R$ 3,988 bilhões, estima-se o expressivo saldo de R$ 220,05 milhões, equivalente a 78,17% de uma folha de pagamento, ou a uma média de pagamento de passivos em torno de R$ 9 mil por servidor.

Em relação aos servidores inativos e pensionistas, o estudo desconsiderou o 1/3 das férias e projetando para o ano a média dos gastos mensais - R$ 46,5 milhões – chegou a R$ 606,9 milhões. Descontando esse o valor do orçamento autorizado - R$ 614,8 milhões – verificou-se um saldo de R$ 7,8 milhões, iguais a 16,92% de uma folha de pagamento.

O levantamento também se dedicou ao saldo da "Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio de Previdência dos Servidores Federais" que está com 35,15% do orçamento liquidado, inferior aos gastos com os ativos, que até junho foi 40,54%.

O estudo completo está em www.sintrajud.org.br



Jesus Carlos

Sindicato distribui bolo em protesto pelos passivos.

Agentes e Oficiais

Sintrajud requer aposentadoria especial

O Sintrajud entrou com mandados de injunção para a aposentadoria especial de agentes de segurança, oficiais de justiça e servidores expostos a condições insalubres. Os servidores devem ser sócios da entidade para terem direito à ação.

Agentes de Segurança/ Oficiais de Justiça

Os mandados de injunção foram protocolados na última semana e se fundamentam no estabelecimento de critérios diferenciados para obtenção de aposentadoria especial para os servidores que exercem atividades de risco, conferido pelo artigo 40 da Constituição Federal, porém, no caso dos servidores ele ainda carente de regulamentação.

O pedido principal é que a aposentadoria seja permitida com 15 anos de atividade de risco. Caso não deferido, o mandado pede 20 anos.

No caso dos oficiais de justiça o número do mandado de injunção (MI) é 1307; no dos agentes de segurança é MI 1311.

Insalubridade

O outro mandado de injunção reivindica a aposentadoria especial aos servidores que trabalham em condições insalubres. Para relator, foi designado o Ministro Cezar Peluso.

Protocolado em 24 de junho no STF, o mandado se fundamenta na previsão do artigo 40 da Constituição que garante a aposentadoria especial aos trabalhadores da iniciativa privada, mas carecia de regulamentação para ser aplicada aos servidores públicos.

"Conforme o agente insalubre, o servidor tem direito a se aposentar com 15, 20 ou 25 anos de atividade, sem necessidade de tempo complementar", afirmou o advogado do Sintrajud César Lignelli.

O número do MI requerendo a insalubridade é 1314.

Carreira

Sintrajud defende a proposta de Plano de Carreira aprovada na XV Plenária

Sindicato não concorda com nenhuma das propostas que estão sendo discutidas na comissão interdisciplinar, em Brasília

Para a diretoria do Sintrajud, os representantes dos servidores, Ramiro Lopez e Roberto Policarpo, não poderiam ter participado da elaboração de uma nova proposta sem ter consultado a categoria.

Após muitos debates e seminários, em junho, foi realizada a plenária nacional da Fenajufe, em Manaus, que contou com a participação de representantes de todos os sindicatos do país. Lá os delegados aprovaram uma proposta de Plano de Carreira. "Essa é a proposta que os representantes dos trabalhadores deveriam defender na comissão interdisciplinar e não fechar acordo com os representantes dos tribunais e apresentar uma proposta que não atende as reivindicações dos trabalhadores do Judiciário", criticou a diretora do Sintrajud, Ana Luiza Figueiredo.

Por isso, o Sintrajud e sindicatos ligados ao movimento Luta Fenajufe reuniram-se nesta semana para analisar e discutir as duas propostas e decidiram reafirmar as decisões da XV Plenária.

Ao final da reunião ficou definido que os sindicatos vão reivindicar a antecipação da reunião ampliada da Fenajufe para o 25 de julho e exigir que o projeto que a federação deve defender na comissão tem que ser o aprovado na XV Plenária Nacional.

"Nós temos proposta. É a que foi debatida e aprovada na Plenária Nacional. Ramiro e Policarpor passaram por cima de uma deliberação da base. Eles não poderiam ter votado em outra proposta que não fosse a dos servidores", criticou o diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário do Maranhão, Saulo Arcangeli.

Veja algumas propostas para o Plano de Carreira aprovadas na XV Plenária da Fenajufe

Depois de anos de debate, servidores defendem um plano que contenha suas reivindicações. Um plano que valorize e qualifique os servidores.

Desenvolvimento na Carreira

De acordo com a proposta, o desenvolvimento na carreira será composto por modelo de Progressão Vertical e Horizontal e promoção entre classes do mesmo cargo, sendo considerados na sua organização critérios de tempo no cargo e de capacitação.

A progressão vertical anual será por tempo de serviço; a Progressão horizontal e promoção de área de atividade e especialidade, por capacitação.

Criação do Conselho Nacional de Gestão de Carreira, Trabalho e Competências

Para avançar na democratização do Judiciário, foi aprovada a proposta de criação do Conselho Nacional de Gestão de Carreiras, Trabalho e Competências. Os conselhos terão caráter consultivo, normativo e fiscalizador, que poderá definir instâncias subsidiárias, subordinação das áreas de gestão da carreira ao Conselho a partir dos Centros Gestores (parte do atuais RH´s) e criação dos grupos de referência como instâncias fiscalizadoras locais.

Escola de formação

Os servidores reivindicam também a criação da Escola de Formação e Aperfeiçoamento da Carreira Judiciária. Essa escola será responsável pelos processos de capacitação e co-responsável pelo desenvolvimento.

Adicional de qualificação

O Adicional de Qualificação será desvinculado do cargo e da função. Foi aprovado também alteração no valor do AQ:

- Ações de treinamento - 10%
- Ensino médio - 10%
- Graduação - 10%
- 2ª graduação - 15%
- 2ª especialização - 15%
- Mestrado - 20%
- Doutorado - 30%

GAE e GAS

O valor da GAE (Gratificação de Atividade Externa) será de 35% sobre o maior vencimento do cargo e será devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de oficial de justiça avaliador federal.

A GAS (Gratificação de Atividade de Segurança) será de 35% sobre o maior vencimento do cargo da área de segurança e transporte.

Paridade na GAE e GAS

O projeto prevê ainda a garantia da GAE e GAS para aposentados e pensionistas.

A GAE é devida também aos pensionistas ocupantes do cargo de oficial de justiça avaliador federal.

É devida, na sua integralidade, aos aposentados e pensionistas ocupantes do cargo de analista judiciário e assistente judiciário, área de atividade de segurança judiciária, a GAS.

FC e CJ´s

A ocupação de FC´s e CJ´s se dará exclusivamente entre servidores de carreira do quadro efetivo.

Para o provimento das FCs e CJs, serão adotados critérios objetivos e democráticos: cinco anos na carreira judiciária; aproveitamento satisfatório de curso específico de desenvolvimento gerencial; aprovação em processo seletivo interno de ampla divulgação; mandato de três anos sem recondução do cargo.

Adicional de penosidade

O adicional de penosidade corresponderá a 15% a ser calculado sobre o vencimento base do servidor.

Reajuste VPNI (antigos quintos)

De acordo com o projeto, fica assegurada a atualização da VPNI.

Paridade

Os servidores aposentados integrantes da Carreira Judiciária serão enquadrados no padrão de vencimento idêntico ao que se encontravam no momento da aprovação do projeto, no nível de capacitação V da última classe correspondente ao seu cargo, assim como os pensionistas.

Combate à terceirização

A proposta aprovada pelos servidores veda toda forma de terceirização, flexibilização, precarização e provimento derivado nas áreas de atividades, especialidades e atribuições contidas no Plano de Carreira.

Ficaram mantidas as formas de acesso, através de concurso público, em todos os níveis de escolaridade: superior, médio e fundamental, sendo criado o 4º cargo de auxiliar de apoio judiciário.

Atividade de risco e perigo

As atribuições dos oficiais de justiça e agentes de segurança e transportes ficaram definidas como atividades de risco e perigosas.

Valorização dos técnicos

Pela proposta aprovada na última Plenária da FENAJUFE um técnico em início de carreira, padrão 1, recebe atualmente R$ 3.993,08 e passaria para R$ 10.850,86, aumento de 171,74% e no final de carreira, padrão 15, de R$ 6.360,70 para R$ 16.162,26, ou aumento de 154,10%.

Com esses valores haveria uma diminuição da diferença remuneratória entre os técnicos e analistas. E, mesmo assim os analistas teriam uma elevação expressiva em sua remuneração.



Hélio Souza/Fenajufe

Representantes dos servidores de São Paulo na XV Plenária

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos@uol.com.br - tel. (13) 32383807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Gustavo Ferreira **Tiragem:** 13.000